Relatório de Estabilidade Financeira

ISSN 1677-812X
CGC 00.038.166/0001-05

Relatório de Estabilidade Financeira	Brasília	v. 2	n. 1	maio	2003	P. 1 - 198

Relatório de Estabilidade Financeira

Publicação semestral do Banco Central do Brasil (Bacen).

Os textos e os correspondentes quadros estatísticos e gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

Departamento de Supervisão Indireta (Desin) (*E-mail*: desin@bcb.gov.br)

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep) (*E-mail*: depep@bcb.gov.br)

Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor) (*E-mail*: denor@bcb.gov.br)

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) (*E-mail*: deban@bcb.gov.br)

Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) (*E-mail*: gabin.demab@bcb.gov.br)

Departamento Econômico (Depec) (*E-mail*: depec@bcb.gov.br)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório de Estabilidade Financeira, Volume 2, nº 1.

Controle Geral de Assinaturas

Banco Central do Brasil
Demap/Disud/Subip
SBS – Quadra 3 – Bloco B
Ed.- Sede – 2°ss
Caixa Postal 8670
70074-900 Brasília (DF)
Telefone: (61) 414-3165
Fax: (.61) 414-1359

Tiragem: 900 exemplares

Convenções Estatísticas

...	dados desconhecidos.
-	dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
0 ou **0,0**	menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
*****	dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.
A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço:	Secre/Surel/Diate Edifício-Sede – 2º subsolo SBS – Quadra 3 – Zona Central 70074-900 Brasília (DF)
Telefones:	(61) 414 (....) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406
DDG:	0800 992345
Fax:	(61) 321-9453
Internet:	http://www.bcb.gov.br
E-mail:	cap.secre@bcb.gov.br

Índice

Apresentação 7
Sumário executivo 9

1 – Evolução dos mercados financeiros 11
1.1 Introdução 11
1.2 Mercado financeiro nacional 12
1.3 Mercados financeiros internacionais 18
1.3.1 Instituições financeiras 22
1.4 Conclusão 27

2 – Sistema Financeiro Nacional 31
2.1 Introdução 31
2.2 Ativos, passivos e patrimônio líquido 31
Ativos 31
Passivos 34
Patrimônio líquido 35
2.3 Resultados 36
2.3.1 Composição e evolução 36
2.3.2 Custo operacional e taxa de retorno 38
2.4 Capital e limites 40
2.4.1 Índice de Basiléia 40
Evolução 40
Concentração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) 42
Sistema bancário 43
Cooperativas de crédito 43
Sistema não-bancário 44
2.4.2 Limite de imobilização 44
Evolução 44
Sistema bancário 46
Cooperativas de crédito 46
Sistema não-bancário 46
2.5 Riscos 51
2.5.1 Operações de crédito 51
Operações baixadas como prejuízo 53
Coobrigações 53

Maiores devedores do Sistema Financeiro Nacional (SFN) 54
Distribuição dos cem maiores devedores segundo o setor econômico 55
Classificações das operações de crédito 55
Inadimplência 59
Provisão 60
Provisão constituída/provisão mínima 60
2.5.2 Exposição cambial 62
Exposição líquida em ouro e dólar 62
Posições comprada e vendida em ouro e dólar 63
Exposição líquida nas demais moedas 64
Exposição líquida em ouro e dólar dos segmentos 64
Posição comprada e vendida em ouro e dólar dos segmentos 66
2.6 Conclusão 67

3 – Sistema de pagamentos 69
3.1 Introdução 69
3.2 Evolução do Sistema de Transferência de Reservas (STR) 69
3.2.1 Pagamentos cursados no STR 70
3.2.2 STR versus Produto Interno Bruto (PIB) 71
3.2.3 Liquidez intradia do sistema 71
3.3 Câmaras de compensação e de liquidação 72
3.4 Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe) 74
3.5 Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) 75
3.6 A vigilância do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) 76
3.7 Próximos passos 81
3.7.1 Racionalização da infra-estrutura de liquidação 82
3.7.2 Modernização dos instrumentos de pagamento 82
3.8 Conclusão 84

4 – Cenários de estresse 85
4.1 Universo analisado 86
4.2 Estresse de risco de crédito 86
4.3 Estresse de taxa de juros e de câmbio 86
4.4 Avaliação dos resultados dos cenários na adequação de capital ao limite de Basiléia 88
Situação inicial 88
4.4.1 Cenários de estresse de alta 88
Aumento do risco de crédito 88
Aumento das taxas de juros e de câmbio 88
Aumento das taxas de juros e de câmbio e do risco de crédito 89
4.4.2 Cenários de estresse de baixa 89
Baixa das taxas de juros e de câmbio 89
4.5 Conclusão 89

5 – Normas relativas à regulação prudencial 95
5.1 Introdução 95
5.2 Principais normativos 96
Acesso ao Sistema Financeiro Nacional 96
Qualificação dos administradores – Resolução 3.041/2002 97
Acordos de compensação e liquidação (*Netting*) 98
5.3 Demais normativos 99
Certificação de agentes do mercado financeiro 99
Fundo Garantidor de Crédito (FGC) 100
Caracterização de diretores 102
Risco cambial – Resolução 2.891/2001 102
Controles internos – Resolução 2.554/1998 103
Ponderação de risco das operações de crédito 103
Risco de crédito – Setor cooperativo 104
Risco de mercado de taxas de câmbio 104
Operações compromissadas 104
Critérios de contabilização – Créditos tributários – Resolução 3.059/2002 105
Regulação do direcionamento dos recursos de poupança 106
Certificados de depósitos em garantia 106
Cooperativas de crédito 106
Redefinição de procedimentos da supervisão 107

6 – Estudos selecionados 109
O Papel do Supervisor Bancário na Prevenção à Lavagem de Dinheiro 111
Análise Matemática do Multiplicador Hiperbólico e Performance de um Multiplicador Polinomial 147
Modelando o Risco de Crédito de Pessoa Jurídica no Brasil 159
Fatores que Afetam a Eficiência Técnica de Produção do Sistema Bancário Brasileiro: Uma Comparação de Quatro Modelos Estatísticos no Contexto da Análise DEA 173

Boxes
Conceitos e metodologias 47
Matriz de Migração de Classificação de Crédito 57
Conceitos e metodologias – Operações de crédito 61
Metodologia *Riskmetrics* para calcular valor em risco 91
Abordagem híbrida para calcular valor em risco 93

Apêndice 191

Apresentação

A publicação de análises sobre o desempenho do sistema financeiro realizadas pelos bancos centrais é amplamente recomendada sob a ótica da transparência da autoridade monetária e da convergência de expectativas dos agentes. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil, a partir de novembro de 2002, passou a divulgar semestralmente o Relatório de Estabilidade Financeira, publicação que objetiva realizar diagnóstico sobre a eficiência e a solvência do sistema financeiro nacional.

Este relatório, em sua segunda edição, tem como referência, principalmente, os dados ocorridos no segundo semestre de 2002 e, em algumas seções, os primeiros meses de 2003. É constituído por seis capítulos: Evolução dos mercados financeiros; Sistema Financeiro Nacional (SFN); Sistema de pagamentos; Cenários de estresse; Normas relativas à regulação prudencial; e Estudos selecionados.

No primeiro capítulo, é realizada avaliação do comportamento recente dos mercados financeiros doméstico e internacional. No capítulo subseqüente, o foco encontra-se na composição e na evolução dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido, na análise de resultados, na adequação ao limite de Basiléia e ao limite de imobilização, nos riscos de crédito e de mercado. O capítulo dois, que trata do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), contém análise acerca da consolidação das medidas adotadas para adequá-lo às melhores práticas e recomendações de segurança e eficiência, um ano após sua reestruturação. Nessa fase, o Banco Central do Brasil está estabelecendo os instrumentos necessários ao exercício de seu papel de vigilante do sistema de pagamentos com o objetivo de promover a segurança, a integridade financeira e a eficiência dos sistemas de liquidação, sobretudo com foco no varejo. No capítulo dedicado aos Cenários

de estresse, são analisados os impactos sobre a adequação ao limite de Basiléia, consideradas elevações ou rebaixamentos da taxa de câmbio e das taxas de juros e deterioração da qualidade dos créditos. Quanto à Regulação prudencial, no capítulo 5 é apresentada síntese dos principais aperfeiçoamentos introduzidos na estrutura regulamentar brasileira, merecendo destaque a revisão das regras de acesso ao SFN, a qualificação dos administradores de instituições financeiras e a regulamentação dos acordos de compensação e liqüidação.

No capítulo final, Estudos selecionados, são apresentados trabalhos técnicos de autoria de funcionários do Banco Central do Brasil ou de autores externos que tenham recebido suporte institucional, cujos temas estão relacionados ao papel da autoridade monetária na condução de políticas monetária e de supervisão. Os trabalhos referem-se a: i) prevenção e combate à lavagem de dinheiro; ii) performance do multiplicador definido na Circular 2.972, utilizado na apuração do valor em risco das instituições bancárias; iii) estudos dos parâmetros para implementação de modelo de risco de crédito no contexto do mercado financeiro brasileiro; e iv) avaliação de medidas de eficiência técnica para os bancos que compõem o sistema bancário brasileiro.

Assinale-se que divergências constatadas no presente relatório, em relação à edição anterior, são decorrentes de eventuais substituições de dados, pelas instituições financeiras, no sistema de informações do Banco Central do Brasil.

Sumário executivo

No segundo semestre de 2002, a economia brasileira enfrentou crise de confiança nos ambientes doméstico e internacional de magnitude expressiva. Internamente, as incertezas quanto à evolução do processo eleitoral e o futuro da política econômica contaminaram os mercados financeiro e de divisas. A deterioração da percepção de risco de crédito e o aumento da volatilidade dos preços atingiram os títulos da dívida pública e a taxa de câmbio, promovendo conjuntura de estresse. Assim, a taxa de câmbio registrou depreciação de 24% no segundo semestre, chegando a atingir R$3,95 para o dólar dos Estados Unidos, com impactos severos sobre a trajetória da inflação, o que levou o Banco Central a elevar a taxa de juros Selic em 700 pontos básicos no último trimestre do ano.

Externamente, registrou-se expressivo aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional, reflexo das incertezas quanto à recuperação da economia mundial e do agravamento das tensões geopolíticas no Oriente Médio.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), apesar da conjuntura adversa, demonstrou solidez e rentabilidade adequadas. Registre-se a ligeira desaceleração nas aplicações de recursos em operações de crédito, decorrente da maior seletividade na concessão de empréstimos e financiamentos, assim como da postura de famílias e empresas, no que se refere ao comprometimento de renda futura. O índice de Basiléia e o índice de imobilização do sistema bancário estiveram acima dos limites estabelecidos. As exposições aos riscos apresentaram-se reduzidas, evidenciando a eficácia da atuação da autoridade monetária.

Nesse cenário, assinale-se também a atuação do Banco Central do Brasil nos mercados de títulos públicos e de câmbio, assim como a adoção de condições visando reduzir a liquidez, a redução do limite de exposição cambial dos bancos, o aumento da meta de superávit fiscal e o novo acordo financeiro junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas medidas, paralelamente à percepção do mercado quanto à manutenção do compromisso, por parte do novo governo, com o regime de metas para a inflação, contribuíram para melhorar as expectativas dos investidores e para a recuperação de vários indicadores econômico-financeiros.

Neste relatório, consideraram-se novos cenários de estresse e verificou-se novamente que, mesmo nestes casos, o sistema bancário manteria o nível de capitalização mínimo exigido pela regulamentação em vigor.

O contínuo aperfeiçoamento na estrutura regulamentar prudencial no Brasil, ao longo do segundo semestre de 2002, promoveu mudanças relevantes como a revisão das regras de acesso ao SFN, a qualificação dos administradores de instituições financeiras e a regulamentação dos acordos de compensação e liquidação, dotando os reguladores e os supervisores de instrumentos mais eficientes para o controle e monitoramento do sistema financeiro.

O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), em seu primeiro ano de funcionamento, vem demonstrando alcançar o objetivo de maior controle do risco sistêmico, fortalecendo o sistema financeiro nacional, com efeitos favoráveis sobre a redução do risco soberano e sobre o aumento da eficiência da economia brasileira.